



Resenha: Educar para sustentabilidade no contexto dos riscos de desastres*

Educate for sustainability in the context of disaster risks

Aline Santoro¹

Recebido: 09/09/2020. Aceito: 14/10/2020

Educar para sustentabilidade representa identificar a educação tanto na conscientização como na forma de organização e formação de sociedades voltadas a minimizar os impactos apresentando medidas sustentáveis de organização coletiva. O artigo “Educar para sustentabilidade no contexto dos riscos de desastres”, dos autores Pedro Jacobi e Samia Nascimento Sulaiman (2017), aborda a relevância da educação para a busca de uma sociedade sustentável no contexto dos riscos e desastres, através de uma série de reflexões e diálogos sobre a temática e principalmente a relevância de diversos atores em processos comunicativos multialogados, no compartilhamento de conhecimento e na busca de resultados eficazes neste cenário.

A educação para o desenvolvimento sustentável possibilita uma educação “de qualidade e de aprender os valores, comportamentos e estilos de vida requeridos para o desenvolvimento sustentável e para uma transformação social positiva” (UNESCO, 2005, p.65). A discussão do texto Educar para a sustentabilidade no contexto dos riscos de desastres traz a necessidade da abordagem do meio ambiente e o papel da educação em que os autores salientam de maneira fundamental a articulação de envolvimento de diversas áreas do conhecimento na transição de uma sociedade baseada na sustentabilidade e resiliência. É interessante o modo que os autores instigam uma reflexão ao redor de um processo educativo, articulado e compromissado com o desenvolvimento sustentável através das inter-relações de diversas áreas e atores envolvidos para a criação de uma sociedade que saiba conviver com os riscos efetivos e iminentes.

Jacobi e Sulaiman (2017) ressaltam que assumir o risco e saber agir frente a eles são conhecimentos relevantes para certificar a segurança social e a vida humana. Para tanto, é necessário compreender três aspectos: o tratamento das causas sociais de vulnerabilidade que constituem os cenários de risco; a valorização do conhecimento local; e o desenvolvimento de uma perspectiva participativa para um processo de governança. Sendo assim, as ações educativas e os atores envolvidos nesse processo possuem o discernimento de consolidar a gestão integrada das políticas públicas, a visão de médio/longo prazo no planejamento urbano e a construção de procedimentos participativos para uma governança ambiental dos riscos de desastres naturais. As ações educativas nesse contexto têm a responsabilidade de, além de abordar os elementos e os territórios em risco, colocar em questão os interesses e as lógicas inerentes à construção social das cidades e explicitar, portanto, as causas sócio-históricas do risco (SULAIMAN, 2014) com o objetivo de proporcionar novas formas de ocu-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. E-mail: aline.santoro@gmail.com

pação do solo e gestão do território, buscando uma razão alternativa.

No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, os cenários de risco e as calamidades urbanas estão relacionados tanto à forma de ocupação de terrenos e de empreendimentos regulares, quanto a assentamentos habitados por população de baixa renda em áreas irregulares. O artigo apresenta um ponto relevante sobre a desigualdade social e associa o mesmo com a evolução histórica do desenvolvimento urbano, e em muitos casos, com a ausência do planejamento urbano. Existe uma forte dimensão social no risco e este é agravado pela vulnerabilidade das populações (OJIMA, 2009; MARANDOLA, 2009) e pelo contexto real no qual estão inseridos. Os riscos socioambientais urbanos estão associados com a miséria, as desigualdades e o fundamento de desenvolvimento urbano que ainda predomina.

Jacobi e Sulaiman (2017) identificam conceitos para descrever a vulnerabilidade aos desastres naturais e pontua as causas da progressão da vulnerabilidade à inundações e deslizamentos nas cidades brasileiras. A vulnerabilidade é concebida através da forma de organização social e a divisão de autoridade, e é propagada por meio de atividades como ocupação irregular, falta de saneamento básico, degradação ambiental, ausência de participação social e política, falta de emprego, etc. O artigo apresenta as principais causas do avanço da vulnerabilidade e destaca em um quadro um conjunto de escalas de análise, identificando a realidade das populações e das cidades brasileiras.

Neste contexto, Jacobi e Sulaiman (2017) ressaltam a vulnerabilidade como um processo sócio-histórico e de inter-relações, com ponto de vista de “progressão da vulnerabilidade”, destacando três escalas de análise de vulnerabilidade: “causas profundas”; “pressões dinâmicas”; e “condições inseguras”. Empregando esses conceitos, os autores identificam que as “causas profundas” estão além do problema em si, na origem na vulnerabilidade e relaciona a distribuição de autoridade com o modelo de organização social. As “pressões dinâmicas” são procedimentos e ações resultados das “causas profundas” e são referidas como crescimento populacional, ausência de participação social, degradação ambiental, ocupação irregular e a falta de planejamento urbano. Por fim, as “condições inseguras” são as medidas que concretizam a vulnerabilidade no decorrer do tempo como habitações precárias, ausência e insuficiência de infraestrutura, desigualdade social, etc. Diante desse cenário, é importante considerar a vulnerabilidade e seus aspectos, pois, não considerá-la, representa desprezar o processo histórico do desenvolvimento da sociedade.

Para Jacobi e Sulaiman (2017) o maior obstáculo é criar oportunidades de conhecimento social, nas quais os atores principais desse contexto estejam envolvidos em relações de diálogo e que possibilitam: a compreensão da diversidade de pontos de vistas; o equilíbrio de interesses individuais e coletivos; e consolidar, através da cooperação, compromissos coletivos e de práticas de cidadania direcionada para a sustentabilidade e a redução dos riscos de desastres. O artigo discute a precisão de uma participação atuante da sociedade como um modelo de estabelecer um conjunto socialmente identificado de dificuldades, propósitos e soluções, na busca de se obter uma sociedade sustentável que resulte na mitigação e prevenção sobre os riscos de desastres.

A direção para uma sociedade sustentável se fortalece na medida em que se desenvolvem conhecimento e técnicas educativas que, relacionadas pelo paradigma da complexidade conduzam para a sociedade e am-

bientes pedagógicos uma atitude reflexiva em torno da problemática ambiental. Conforme o tema sustentabilidade confronta-se com a “sociedade de risco”, isso busca a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso às informações e à educação em uma perspectiva integrada. Ainda que a relevância do tema seja atual e enfoque a realidade da sociedade, é nítida a dificuldade de incorporar e associar a vulnerabilidade, a educação e sustentabilidade na gestão dos riscos de desastres.

Neste cenário, a relação entre meio ambiente e educação para uma sociedade no contexto de riscos de desastres é cada vez mais desafiador, demandando integração entre diversos atores envolvidos, sendo o maior desafio a credibilidade e a necessidade de acordos que garantam a efetiva implementação dos princípios das políticas públicas para garantir os interesses e demandas da sociedade. Jacobi e Sulaiman (2017) expõe que para essa integração, a mediação é essencial, tanto no âmbito da prevenção de desastres, quanto no processo de informação, comunicação e educação ao saber conviver com os riscos e atuar frente à eles. A discussão sobre o tema rumo à uma sociedade mais sustentável e resiliente é conveniente para pensar e discutir a relação entre educação e sociedade, bem como seu objetivo na prevenção dos desastres naturais, pois neste contexto, o desenvolvimento sustentável e a resiliência são manifestados como “aparências” de uma sociedade contemporânea e não uma transição frente às causas dos riscos, permanecendo assim sua inquestionabilidade. Ocultar essa outra face do desenvolvimento da modernidade tem constituído uma incapacidade cultural e política, de pensamento e de ação: a “inquestionabilidade do risco” (ALEDO & SULAIMAN, 2014, 2015).

Nesse sentido, a problemática da educação inserida no contexto de riscos de desastres para a construção de uma sociedade sustentável e resiliente constitui uma reflexão no campo pedagógico da complexidade ambiental e dialógica onde busca-se metodologias participativas para desenvolvimentos coletivos da construção de aprendizagem. Contudo, a construção do conhecimento se baseia no diálogo do conhecimento científico com o conhecimento do senso comum, da vivência, e de origens de informações oficiais e/ou informais. O engajamento de diversos atores sociais e conhecimentos distintos detém de um conhecimento estratégico.

A comunidade é quem melhor conhece sobre sua realidade, sobre seus espaços e territórios e sobre seus hábitos. Os conhecimentos produzidos pela população, que circulam na vida social da comunidade, podem ser valiosos para o planejamento de ações em Defesa Civil, seja na prevenção ou na resposta (MI, SEDEC, CEPED-UFSC, 2011, p.10).

O caminho para construção de uma sociedade sustentável implica uma inter-relação de qualidade de vida, justiça social e equilíbrio ambiental. Nessa direção, o processo participativo, a acessibilidade e transparência na gestão, o conhecimento científico e informal são condições necessárias para uma política pública efetiva, promovendo objetivos comuns para uma sociedade sustentável centrada na conscientização, mudança de comportamento e participação social dos atores envolvidos. Diante deste cenário, é essencial que haja novos modelos de gestão de riscos e novos modelos de educação que se baseiem em uma reflexão de processos históricos e questione a desigualdade de distribuição e as origens da vulnerabilidade. Sendo assim, uma sociedade com base em educação voltada para formação de valores de sustentabilidade, é uma sociedade que estará preparada para lidar e saber atuar frente aos riscos em um mundo mais equitativo, sustentável e resiliente.

Referências

ALEDO, A.; SULAIMAN, S. *La incuestionabilidad del riesgo*. **Revista Ambiente e Sociedade** [online], v. 17, n. 4, p. 9-16, 2014.

ALEDO, A.; SULAIMAN, S. *La incuestionabilidad del riesgo: vulnerabilidad social y riesgo sísmico en municipios turísticos*. **Cuadernos de Turismo**, v. 36, p. 17-37, 2015.

JACOBI, P. R.; SULAIMAN, S. N. Educar para a sustentabilidade no contexto dos riscos de desastres. *In*: GUNTHER, W. M. R.; CICCOTTI, L.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Desastres: múltiplas abordagens e desafios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 3-15.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI; SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES – CEPED/UFSC. **Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011. p. 68. Disponível em: <http://goo.gl/BvzwHr>. Acesso em: 02 jun. 2014.

OJIMA, R. Perspectivas para a adaptação frente às mudanças ambientais globais no contexto da urbanização brasileira: cenários para os estudos de população. *In*: D. HOGAN; & E. MARANDOLA (Org.) **População e mudanças climáticas – Dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas, NEPO/Unicamp/UNFPA, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: Unesco no Brasil, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SULAIMAN, S. N. De que adianta? O papel da educação para prevenção de desastres naturais. **Tese** (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.